



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI MUNICIPAL Nº 362/2025
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
De 10 dezembro de 2025**

Cria os componentes do Município de Graccho Cardoso do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei cria os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, bem como define parâmetros para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e pelo Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal e na Constituição Estadual, cabendo ao Poder Público adotar as políticas e ações necessárias para respeitar,



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá considerar as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º É dever do Poder Público, além das previstas no caput deste artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade, incluindo:

- I – disponibilização de relatórios anuais de execução do Plano Municipal;
- II – garantia de acesso às informações públicas relacionadas à segurança alimentar;
- III – possibilidade de provocação do Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos de controle para assegurar a efetividade do direito.

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único. A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas ao acesso a orientações que contribuam para o enfrentamento do sobrepeso, da obesidade, da contaminação de alimentos e de outras doenças decorrentes da alimentação inadequada.

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

- I - a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento da produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins, de forma a estimular práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - a implementação de políticas públicas e de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etnoculturais do Estado;

VII - a adoção de urgentes correções quanto:

- a) aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos;
- b) à tolerância com maus hábitos alimentares;
- c) à desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado;
- d) à falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada ou apoiada por entes públicos;
- e) à produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados;
- f) dentre outros aspectos relacionados.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

VIII – o incentivo à organização de associações e cooperativas de produtores rurais locais, priorizando cadeias de hortaliças, suínos, caprinos e bovinos, visando à ampliação da produção, do beneficiamento e do abastecimento alimentar municipal.

Parágrafo único. Os programas de educação alimentar e nutricional deverão também valorizar os alimentos produzidos pela agricultura familiar e pelas cooperativas locais, incentivando o consumo de hortaliças, leite, queijo, carne suína, caprina e bovina produzidos no município.

Art. 4-A. O Município desenvolverá programas permanentes de educação alimentar e nutricional, com vistas à promoção de hábitos alimentares saudáveis, à prevenção da obesidade e ao combate à desnutrição, abrangendo:

- I – ações em escolas da rede pública municipal;
- II – campanhas de conscientização voltadas à população em geral;
- III – capacitação de profissionais das áreas de saúde e educação.

Art. 5º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional requer o respeito à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6-A. A execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será financiada com recursos provenientes de:

- I – dotação orçamentária própria, consignada no orçamento anual do Município;
- II – repasses de recursos da União e do Estado;
- III – convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas;
- IV – doações, legados e outras receitas destinadas à execução das ações previstas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º As ações e metas do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverão ser compatibilizadas com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

§ 2º O Município poderá destinar recursos específicos para implantação e manutenção de unidades de beneficiamento e agroindústrias comunitárias, como fábricas de queijo, com vistas à agregação de valor e ao aproveitamento de subprodutos pelas cooperativas locais.

CAPÍTULO II

**DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Art. 7º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, integrado, no Município de Graccho Cardoso, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Municipal serão regulamentados por decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 8º O SISAN reger-se-á pelos princípios e diretrizes dispostos na Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Art. 9º São componentes municipais do SISAN :

I – a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável por indicar ao CONSEA Municipal as diretrizes e prioridades da política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como avaliar o SISAN no âmbito do Município;

II – o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Municipal, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura;

III – a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO/SE

Av. Getúlio Vargas, 55-CEP 49860-000-Fone: (79) 99924-7327-CNPJ 13.112.875/0001-27
www.gracchocardoso.se.gov.br



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

CAISAN Municipal, integrada por Secretários Municipais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos previstos no Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente e as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSEA Municipal, indicando metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

a) monitorar e avaliar a execução da política e do plano;

IV – os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse em aderir e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN.

§ 1º O CONSEA Municipal será composto por, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de representantes da sociedade civil e 40% (quarenta por cento) de representantes do Poder Público.

§ 2º A CAISAN Municipal será composta pelos secretários municipais responsáveis pelas áreas relacionadas à segurança alimentar e nutricional e por, no mínimo, 02 (dois) representantes indicados pelo CONSEA Municipal.

Parágrafo único. A CAISAN Municipal será presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Agricultura, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria Executiva da CAISAN Municipal.

Parágrafo único. A avaliação e o monitoramento do Plano deverão ser divulgados anualmente em relatório público, disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. O Poder Executivo editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11-A. A primeira Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei.

§ 1º O CONSEA Municipal e a CAISAN Municipal deverão ser instalados no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta Lei.

§ 2º O primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser elaborado no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da instalação da CAISAN Municipal.

Art. 12 – O Município priorizará a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por associações e cooperativas de agricultores e pecuaristas familiares do Município, destinando-os, preferencialmente, à alimentação escolar, aos programas sociais e às instituições públicas de saúde e assistência social.”

§ 1º O percentual mínimo de aquisição da produção local será definido anualmente no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, não podendo ser inferior a 30% do total das compras públicas de alimentos.

§ 2º A aquisição deverá observar critérios de preço justo e qualidade, podendo ser realizada com dispensa de licitação, conforme legislação federal aplicável.

Art. 13 – O Município apoiará a criação de empreendimentos coletivos de beneficiamento, a exemplo da produção de queijos, destinados a agregar valor à produção leiteira local.

1º Os subprodutos oriundos desses empreendimentos, como o soro do leite, poderão ser utilizados em programas de alimentação animal das cooperativas de suínos, fomentando a integração sustentável das cadeias produtivas.




**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º O apoio poderá se dar mediante fornecimento de assistência técnica, capacitação, cessão de uso de equipamentos ou aporte de recursos, conforme regulamentação.”

Art. 14 – O Poder Executivo regulamentará os mecanismos de apoio às associações e cooperativas de produtores locais no prazo de 120 (cento e vinte) dias, estabelecendo critérios para acesso a programas de aquisição institucional, beneficiamento de produtos e integração das cadeias produtivas.

Art. 15 – Esta Lei entr em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário .

Gabinete do Prefeito Municipal de Graccho Cardoso/SE 10 de dezembro de 2025


Jose Nicarcio de Aragão
Prefeito Municipal